

## **O MEIO AMBIENTE A MOLDAR UMA PROVÍNCIA: ENCARGOS DA SECA DE 1877-1879 SOBRE A ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE DA PARAHYBA DO NORTE**

Lucas Ramon Porto de Assis <sup>1</sup>

Professor Orientador: Dr. Juvandi de Souza Santos <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como principal intenção realizar análise documental dos efeitos da Grande Seca ocorrida entre os anos de 1877 a 1879, em território da Província de Parahyba do Norte, compreendendo a calamitosa situação enfrentada por esta, do ponto de vista de seus administradores, e quais ações desenvolveram naqueles difíceis anos. As fontes trabalhadas, portanto, são Relatórios dos Presidentes da Província, entre os anos de 1876 e 1880, enfocando nos ecos da prolongada estiagem sobre as finanças provinciais, refletidos no aumento de preço de gêneros alimentícios básicos, na generalizada desarticulação do sistema produtivo agrícola e no forçado deslocamento de retirantes das sertanias em direção à Capital, causa do peculiar fenômeno de «Núcleos Coloniais», referenciado nos Relatórios oficiais, para a absorção do grande fluxo de desvalidos. Assim, o trabalho ora realizado configura-se como esforço de análise quantitativa de curta duração, avaliando as consequências dum processo ambiental — a prolongada estiagem, característica do semiárido nordestino— sobre a organização social e administrativa da Parahyba de finais do século XIX.

**Palavras-chave:** Parahyba do Norte, Grande Seca de 1877, Administração Provincial.

### **INTRODUÇÃO**

A problemática da «Grande Seca de 1877», na Paraíba, é assunto discutido sob amplos pontos de vista, todos a contribuir imensuravelmente para a efetiva formação de um conjunto historiográfico sobre o referido fenômeno. O trabalho ora apresentado buscou ser mais um a contribuir, em sua análise própria, diversa, porém complementar, para a efetiva compreensão dos anos de penúria pelos quais passou a Província da Parahyba do Norte, entre 1877 e 1879. Para tanto, utilizou-se dos Relatórios dos Presidentes da Província, entre 1876 e 1880, enfocando nas descrições que estes desenvolviam acerca dos efeitos da prolongada estiagem, em vários setores da administração provincial, e as repercussões por sobre a população.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (Bolsista CNPq), [lucasramon2009@hotmail.com](mailto:lucasramon2009@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS, [juvandi@terra.com.br](mailto:juvandi@terra.com.br)

A pesquisa realizada, assim, teve como primordial objetivo compreender, através da análise exclusivamente documental, a maneira como a seca de 1877 forçou a Administração Pública da Província a realizar grandes mudanças nos direcionamentos da Gestão, para atender às novas demandas que o fenómeno climático impunha, seja do ponto de vista das constantes reorientações orçamentárias — a necessidade de abertura de créditos suplementares orçamentários e a queda de previsão de receitas, além de aumento do déficit e dívida pública da Província —, do processo de emigração da população, que deixava os sertões em direção às áreas mais próximas da Capital, ou mesmo do facto do Governo tornar-se o principal garantidor dos mais básicos meios de sobrevivência dos flagelados, através da criação de comissões de socorros públicos e dos núcleos coloniais.

Esta investigação, destarte, busca realizar apanhado geral da política de combate aos efeitos da Grande Seca de 1877, na Parahyba do Norte, contribuindo para maior entendimento da dinâmica de convivência entre a Província e as agruras do ambiente do semiárido, enfocando nos esforços do Governo em amenizar as inúmeras consequências da ausência de chuvas, marcadamente sobre os desvalidos dos sertões. Seria possível, inclusivamente, contrastar os modelos de administração entre a Paraíba dantes e a atual, traçando as origens dos processos de adaptação e readaptação, no tocante à seca, os quais, como será discorrido nas páginas seguintes, moldaram consideravelmente a lógica organizacional da Província durante muitos anos.

Para tanto, utilizou-se, como embasamento, dalgumas obras já produzidas acerca das gravosas consequências da seca sobre a Paraíba e o Nordeste, do ponto de vista social, marcadamente, às quais dedicar-se-á em propício momento. No tocante ao trato das fontes documentais, estas foram tomadas sob a óptica da objetividade científica, preconização da Historiografia desde o Historicismo. Ademais, os documentos cá tratados configuram-se «monumentos», submetidos a uma crítica que haverá de perpassar compreensão relativa, percebendo as influências várias do contexto histórico, do lugar social do responsável pela produção da fonte histórica. Nas palavras de Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le GOFF, 1996).

## **METODOLOGIA**

No que se refere ao trato com as fontes, estas foram marcadamente de natureza escrita e provenientes do período histórico analisado, de caráter oficial, uma vez que fontes

provenientes doutra origem não correspondem ao escopo de interesse da presente pesquisa, pois não respondem aos seus providenciais questionamentos. Procedeu-se, ainda, à análise Serial dos dados quantitativos. Como já taxativamente mencionado, estas fontes resumem-se a um total de cinco Relatórios dos Presidentes da Província de Parahyba do Norte, apresentados à Assembleia Legislativa provincial, entre 1876 e 1880, em especial no que concerne aos apontamentos referentes à afetação da seca sobre o território da Província, e as consequências administrativas da mesma.

Os dados foram sintetizados e separados a partir de cada Relatório e ano de apresentação, discriminando-se as informações: referentes à situação financeira, às migrações e socorros públicos, aos trabalhos de assistência, enfim, todos os processos referenciados pelos Presidentes da Província, no tocante à seca.

Além disso, algum suporte bibliográfico foi essencial para encaminhar as discussões ora apresentadas. As obras de SANTOS (2017) e MAIA (2015) configuraram-se importantes para, complementarmente, auxiliar na formação do presente trabalho, com contribuições a serem sintetizadas nos parágrafos devindos.

Para a consecução deste trabalho, portanto, foram considerados pressupostos da Historiografia que se relacionam àquela produzida a partir da segunda geração dos Annales. É um esforço em História Quantitativa e Económica, ao mesmo tempo em que analisa aspetos do Poder e Governo, destacando a interligação entre ambas estas dimensões da vida pública duma sociedade.

## **DESENVOLVIMENTO**

No tocante aos subsídios bibliográficos utilizados para a consecução do trabalho, estes serviram de embasamento para a escolha e desenvolvimento da temática, mesmo que de forma destoante das suas propostas. Pode-se apontar dois principais trabalhos, já mencionados: SANTOS (2017) e MAIA (2015).

O estudo realizado por Júlio César Pereira dos Santos, na medida em que apresenta as discussões políticas que, no período analisado nesta pesquisa, realizavam-se na Parahyba do Norte, referentes à Grande Seca, enfocando na atuação do Deputado Cardoso Vieira, propiciou as bases para os questionamentos cá realizados, marcadamente aqueles voltados para a compreensão das atitudes e impressões que os Presidentes da Parahyba tinham sobre o desafio que o tempo — e o clima— impunham-lhes. Assim, adotadas determinadas

preconizações e métodos pelo autor demonstrados, pôde-se bem suceder no empreendimento a que se propôs a investigação.

Além disso, no tocante à produção historiográfica da sra. Janille Maia, ao trabalhar com o fenômeno das migrações populacionais, dos Sertões Cearenses, auxiliou a presente pesquisa no estabelecimento dos métodos para o estudo do referido processo, considerando-o, para além do facto histórico e de responsabilidade administrativa dos Presidentes de Província, enquanto uma maneira de resistência das populações, os «desvios de conduta», nalgumas vezes mencionados pelos gestores da Parahyba do Norte, em especial nos núcleos coloniais ali formados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já mencionado, os resultados da investigação foram organizados de maneira a discriminar o conteúdo de cada um dos Relatórios analisados, elencando as principais informações neles contidas, de forma a traçar um paradigma analítico serial, o qual permitirá acompanhar o desenvolver dos eventos e da crítica situação à qual foi submetida a Província de Parahyba do Norte pela seca. Assim se procedeu:

### **RELATÓRIO APRESENTADO EM 1877**

Este Relatório primeiro analisado contém as informações iniciais acerca da longa estiagem que afligira o Norte (atual Nordeste) do Brasil, entre 1877 e 1879. Apresentado pelo Dr. Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877, continha o apanhado geral da situação da Província, no exercício de 1876<sup>3</sup>. É o primeiro a fazer menção ao «flagelo da seca, que assolava igualmente as províncias vizinhas».

A situação já parecia demasiado calamitosa neste ponto, pressagiando o «modelo» de administração que passaria a ser característico da Província nos anos seguintes. Duas cidades, Pombal e Campina Grande, foram designadas como «depósitos de géneros alimentícios», para suprir as necessidades das regiões circunvizinhas a estas, quiçá utilizando-se de critérios geográficos e estratégicos para tal escolha. Estabeleceram-se ademais, nestas localidades, as primeiras comissões de socorros<sup>4</sup>, responsáveis pela distribuição de insumos básicos para a população de desvalidos.

---

<sup>3</sup> Os Presidentes da Província apresentavam seus Relatórios, geralmente, em agosto do ano seguinte ao exercício orçamentário ao qual se refeririam. Assim, neste caso, o Dr. Esmerino tratava da situação da Parahyba entre 1º de janeiro de 1876 até o dia 12 de agosto de 1877. Seguirão a mesma lógica, os demais.

<sup>4</sup> A primeira delas, formada pelo Juiz de Direito, Vigário da Freguesia e Coletor de rendas gerais, tinha como função coordenar a repartição dos alimentos à população que recorria aos depósitos de Campina e Pombal. A segunda fora formada na Capital, e tinha por membros o Chefe de Polícia e os Inspetores das

É interessante ressaltar o caráter demasiado segregador que a seca trouxe à tona, nas próprias palavras do Presidente. A menção dos êxodos migratórios já é observada neste primeiro ano em que a prolongada estiagem causa grandes prejuízos à Província, num movimento de saída dos flagelados em direção «aos Brejos e outas paragens em busca de socorros». Tese confirmada pelo Ministro do Império Leôncio de Carvalho, de que o Governo Provincial buscou, com a utilização dos braços ociosos, ‘trocar a esmola pelo salário’ (SANTOS, 2017), já ficava clara nas palavras seguintes, extraídas do Relatório referido, justificando-a como forma de garantia da ordem e de alívio sobre as finanças, exauridas pelo gasto extraordinário daquele ano:

No intuito de prevenir distúrbios, e talvez crimes, que a aglomeração de tanta gente ciosa poderia ocasionar, e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação, posto que fraca, dos dispendios públicos, recommendei a todas as comissões que empregassem os socorridos em trabalhos públicos, como construção de açudes, cadeas, estradas, etc. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 12 de agosto de 1877).

Relacionado à situação financeira da Província, naquele primeiro ano de seca, o Relatório de 1876-77 já traz à luz alguns de seus reflexos: para este exercício financeiro (1876), as receitas previstas eram de 723:114\$542 réis, e as despesas de 569:336\$348 réis, logo, superavit de 153:778\$194 réis. Para o exercício de 1877-78, período em que a seca já assolava a Província, havia previsão de receitas em patamar de apenas 477:222\$353 réis, ao passo que as despesas somavam 552:733\$709. Ademais, será demasiado comum a menção de créditos suplementares, abertos para o abastecer das comissões de socorros públicos. Em 1877, segundo o Relatório, crédito de 5:000\$00 foi expedido com tal destinação.

#### RELATÓRIO APRESENTADO EM 1878

O Relatório referente aos exercícios de 1877 e 1878 é de responsabilidade do mesmo Dr. Esmerino Gomes, que foi Presidente entre 24 de abril de 1877 e 1º de março de 1878. É a continuidade da apresentação das medidas da sua Administração, uma vez que estava a entregar o cargo, quiçá sendo esta a razão pelo bem detalhado reconto de factos. Passa, em verdade, a impressão de um indivíduo provido dos mais humanos sentimentos, tratando da questão da seca mais como um desígnio pessoal que um projeto de gestão pública.

O que se pôde apreender de novo através da análise deste Relatório, no entanto, é demasiado importante para a compreensão geral da situação da Parahyba do Norte de finais de 1877 e princípios de 1878. Primeiramente, o trabalho da comissão central de socorros da

Capital, devido à piora do estado de coisas, passa a ser de ajuntar os emigrantes localizados na Capital em arredores do prédio do Tesouro Provincial, por duas vezes na semana, para serem, ali, distribuídos suprimentos básicos. Tal determinação provar-se-ia insustentável logo no ano seguinte, quando os insumos em posse do Governo escasseiam.

O Presidente, ademais, especifica o programa de empregar os emigrantes em obras públicas: com auxílio pecuniário de 30:000\$000 réis, proveniente do Ministério do Império, a comissão de socorros da Capital desenvolveu uma espécie de *New Deal* Tabajara, enquadrando os desvalidos nos trabalhos a seguir:

**Tabela I- Destinação dos 30:000\$000, advindos do Governo Imperial, na utilização da mão de obra emigrada da seca (1877-1878), na Capital Parahyba**

Reparo e asseio do matadouro publico;
Limpeza e roçagem de lodo o recinto desta Capital, e remoção do lixo existente;
Idem, idem, da estrada de rodagem desta Capital á Villa do Pilar, e concertos de muitos (ilegível) d'ella;
Concerto do caminho que vai á fonte do Tambiá;
Construcção de 30 ranchos de palha para abrigo dos retirantes;
Roçagem. e limpeza da estrada do Grammame até a ponte de mesmo nome ;
Abertura d'um caminho na ladeira da matriz, alargando-o e aterrando-o de modo que hoje se presta commodamente ao transito publico;
Arrazamento dos montes de terra existentes no princípio da rua Barão da Passagem;
Calçamento do largo do Thesouro e rua do Barão do Triumpho, e em bom andamento o da ladeira do Rosário, uma das mais palpitantes necessidades de que se ressenete esta Capital;
Reparo da estrada de Mandacaru.

**Fonte:** Adaptado do Relatório com que o exm. sr. dr. Esmerino Gomes Parente passou a administração da província ao 1.º vice-presidente, dr. José Paulino de Figuerêdo, em 1º de marco de 1878

Ademais, ainda no tocante a dotações orçamentárias, o Presidente apresenta detalhada destinação de recursos para certos locais, dispersos pelo interior da Província, o que pressupõe graves afetações pela seca das localidades:

**Tabela II-** Destinação de 30:300\$000, provenientes dos cofres da Província, para amenizar os efeitos das secas em paragens do Interior.

Local	Quantidade remetida (Rs)
Areia	5:000\$
Campina Grande	6:000\$
Cajazeiras	3:000\$
Pombal	2:000\$
Sousa	3:000\$
Mamanguape	400\$
Vila de Misericórdia	1:200\$
Princesa	2:000\$
Independência	500\$
Bananeiras	1:000\$
Alagoa do Monteiro	1:100\$
Patos	600\$
Teixeira	1:100\$
Santa Luzia	400\$
Cabaceiras	400\$
São João	800\$
Freguesia de Conceição da Misericórdia	400\$
São José de Piranhas	400\$
Povoação de Arara (Açude)	1:000\$
	<b>Total: 30:300\$000</b>

**Fonte:** Adaptado do Relatório com que o exm. sr. dr. Esmerino Gomes Parente passou a administração da província ao 1.º vice-presidente, dr. José Paulino de Figuerêdo, em 1º de março de 1878

A seca, além disso, também agravou a dispersão do vírus da Varíola em território da Parahyba. Esta doença, que intercalou períodos de epidemia e controlo na Província, voltava a figurar nas páginas dos Relatórios presidenciais, encontrando fértil terreno para prosperar em meio aos flagelados que se amotinavam nas ruas e nas estradas da Capital. Em se fiando no Relatório seguinte, será possível perceber que esta doença dificultará ainda mais a situação dos emigrados, quando estes são enviados aos núcleos coloniais.

Ademais, é necessário ressaltar o facto de, em estando destruídas as lavouras dos mais básicos géneros alimentícios, o Governo, para além de todos os dispêndios a que já se

comprometera, ainda passou a disponibilizar à venda alimentos a menores preços, para que os efeitos da carestia não fossem sentidos em maior escala em toda a Província. Uma vez mais, os custos de tal prática serão impostos em pouco tempo, quando o desabastecimento rondava a totalidade da Parahyba.

No tocante ao exercício financeiro de 1878, a situação orçada é destarte descrita: receitas previstas de 372:123\$250 réis, enquanto as despesas ficaram na casa dos Rs. 402;039\$666, resultante de um déficit equivalente a 29;727\$407 réis. Apesar disso, ao que se pôde depreender do Relatório, a Assembleia votou pela redução das despesas para este patamar mencionado, ou seja, inicialmente as previsões somavam valor maior, de 493:400\$328 réis, aumentando-se, em consequente, a previsão de déficit para 121:088\$169.

### RELATÓRIOS APRESENTADOS EM 1879

São dois diferentes Relatórios que se relacionam ao exercício de 1878-1879. O primeiro deles é da responsabilidade do Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna, o Conde de Ulysses Vianna, que esteve à frente dos negócios públicos da Província entre 11 de março de 1878 e 20 de fevereiro de 1879, havendo sido apresentado em 1º de janeiro de 1879, portanto referindo-se, exclusivamente, ao ano anterior. O segundo Relatório esteve sob a alçada do padre Filipe Benício da Fonseca Galvão, que administrou a Parahyba do Norte entre 20 de fevereiro a 12 de junho de 1879.

O Dr. Ulysses apresenta alguns importantes dados estatísticos, que ilustram a gravidade da situação que a seca causou, já no ano de 1878, ao que pese a bem-sabida inexatidão ou exageração de tal relato: segundo ele, quando assume o Governo, havia, na capital e arredores, entre 30 e 35 mil retirantes! Realizando a distribuição de mantimentos às quartas-feiras e sábados, o Presidente apresenta intenções de partir a um acurado levantamento da quantidade de pessoas que necessitam o auxílio governamental, porém este acaba por falhar devido aos «desvios de caráter» de muitos desses indivíduos:

Tendo cada um indivíduo arrolado um cartão no qual era mencionado o número de pessoas de família n'elle indicado, afim regular-se a ração, e no qual era mencionado o dia em que era ella distribuida, succedeo que os retirantes procuravam se alistar muitas vezes para obter outros tantos cartões, ora fazendo figurar um número fictício de pessoas de família, ora se alistando cada membro da família como chefe, servindo-se reciprocamente das outras pessoas que acompanham. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, de 1º de janeiro de 1879)

Para além de referenciar o facto de já proceder-se ao envio dos indivíduos de volta aos seus locais de origem, o mais importante a ser ressaltado, neste Relatório, é a primeira

menção aos chamados «núcleos colonias»<sup>5</sup>, sendo o primeiro deles criado na propriedade denominada de «Guia», pertencente ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, para onde se dirigiram, espontaneamente, muitos dos retirantes que estavam na Capital. Desenvolvendo as atividades agrícolas, como intencido, o assentamento não conseguiu manter-se por muito tempo: pelos «gérmen e moléstias que os retirantes em si levaram», a agricultura fora afetada de maneira severa. Necessitou-se duma comissão médica para prestar assistência aos flagelados ali localizados, mais uma dentre outras de natureza emergencial. Foram criados, ainda, em Mamanguape, três destes núcleos colonias, seguindo o trâmite, para além doutro na localidade de «Mussuré», na Capital<sup>6</sup>.

Evidenciando o caráter de tentativa de resolução da problemática com medidas de rápido efeito, o Presidente da Província, tendo em vista a escassez de alimentos, que o próprio Governo tem de vender a subsidiados preços, além de distribuir entre os emigrados, como já referenciado, requisita auxílio do Império para livrar-se dos excedentes de população: um vapor, com objetivo de levar «voluntários», posto que obrigá-los seria odiosa medida, em direção a outras províncias do Norte. A efetividade de tal medida, ao que parece, não aconselhou novas remessas de retirantes.

Em relação às finanças do ano de 1878, é interessante notar o exorbitante valor dos créditos suplementares abertos pelo Presidente: entre 19 de março e 12 de dezembro de 1877, nada menos que Rs. 1,328:000\$000 incorporaram o Orçamento da Província, marcadamente para financiar os esforços emergenciais, como compra e subsídio de insumos básicos, para a população de retirantes. O mesmo Orçamento contou, ademais, com o corte de 6:000\$000 réis destinados às obras Públicas, devido à indisponibilidade de recursos, que estavam planejados conforme já exposto nas páginas deste Artigo. No tocante às despesas e receitas do ano de 1879, esperavam-se, respetivamente, valores de Rs. 414:523\$563 (sem contar os pagamentos da dívida passiva da Província, além das remanescências do exercício anterior) e Rs. 486:276:702.

#### RELATÓRIO APRESENTADO EM 1880

Tratar-se-á, enfim, do último dos Relatórios analisados nesta pesquisa. É o resultado da síntese administrativa do Dr. José Rodrigues Pereira Júnior, que administrou a Parahyba do

<sup>5</sup> Estes núcleos, no caso específico analisado, eram parcelas de terras de particulares, emprestados, temporariamente, ao Governo Provincial, onde os retirantes atuavam em atividades de subsistência, em vistas a ser desonerado o Estado, além de garantir-lhes algum tipo de abrigo menos precarizado. Ao que tudo indica, não eram estabelecimentos similares àqueles do Ceará, em 1932. Quiçá uma análise comparativa entre ambos os fenômenos seja uma possível temática de investigação.

<sup>6</sup> Especificamente, estabeleceram-se, em Mamanguape, os núcleos de Ipitipuca, Patos e Bom-Jardim. Na Capital, além do já mencionado Mussuré, havia, ainda, o núcleo de Alagoa.



comparativos entre Receitas e Despesas orçadas, nos anos de 1876 e 1880, para melhor possibilitar tal constatação:

**Tabela III-** Comparação entre a situação orçamentária da Província de Parahyba do Norte, entre 1876 e 1880

<b>Exercício Financeiro</b>	<b>Receitas (orçadas), em Rs.</b>	<b>Despesas (orçadas), em Rs.</b>	<b>Resultado, em Rs.</b>
1876	723:114\$542	569:336\$348	153:778\$194
1877	477:222\$353	552:733\$709	-75:512\$356
1878	372:123\$250	402:039\$666	-29:727\$407
1879	486:276\$702	414:523\$563	71:753\$139
1880	367:755\$265	425:326\$460	-57:571\$195

**Fonte:** Adaptado dos Relatórios dos Presidentes da Província de Parahyba do Norte (1876 a 1880)

Assim, concluindo os resultados da pesquisa, faz-se necessário ressaltar a grande gama de informações que, apenas os Relatórios dos Presidentes da Província, continham acerca da temática da Seca. Foi possível, assim, compreender o trabalho administrativo desempenhado pelos governantes da Parahyba, buscando não realizar apenas mera descrição dos dados provenientes dos documentos, mas também partir-se para o trabalho crítico, compreendendo as contradições entre o ambiente, o poder e a sociedade da Parahyba do Norte, entre 1876 e 1880.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada, como se propôs, analisou cinco Relatórios de Presidentes da Província de Parahyba do Norte, enfocando nas impressões e medidas administrativas que estes apresentavam. Foi um trabalho de exclusivo cunho documental, que visou compreender os grandes desafios que a Administração provincial enfrentou devido ao período de seca, entre 1877 e 1879, que ainda têm reflexos na atual configuração do atual estado. Os impactos da estiagem, ademais, foram traçados dos pontos de vista financeiro e económico, de forma a que se avaliem, precisamente, os efeitos do tão comum fenómeno climático sobre a saúde orçamentária duma localidade, no caso específico, a Parahyba do Norte.

É facto, no entanto, que, em meio a tão vária fonte documental, uma pesquisa não se pode exaurir. Há perspetivas várias que, não sendo o foco da investigação ora apresentada,

não se consideraram: pode-se realizar comparação entre as maneiras de convívio com a seca, no mesmo período, entre as diferentes províncias do Norte, mapear os núcleos colonias da Parahyba do Norte, analisar os efeitos orçamentários da estiagem na coletividade do Brasil, entre outras propostas, diferentes, porém igualmente válidas.

O trabalho aqui exposto, assim, responde consideravelmente às inquietações e metas iniciais a ele delineadas: compreender os encargos da Grande Seca de 1877 sobre a administração e sociedade da Parahyba do Norte, ou seja, como um processo ambiental influiu no modo organizacional de toda uma Província.

## **REFERÊNCIAS**

### **I- DOCUMENTOS**

- Relatório de Presidente de Província, cidade de Parahyba, 21 de maio de 1876;
- Relatório de Presidente de Província, cidade de Parahyba, 12 de agosto de 1877;
- Relatório de Presidente de Província, cidade de Parahyba, 01 de março de 1878;
- Relatório de Presidente de Província, cidade de Parahyba, 01 de janeiro de 1879;
- Exposição com que o exm. dr. José Rodrigues Pereira Junior passou a administração desta província ao exm. Sr. Padre Filipe Benício da Fonseca Galvão— 2º vice-presidente, 1880.

### **II- ARTIGOS**

MAIA, Janille Campos. **Exilados da fome: seca e migração no Ceará oitocentista.** Dissertação em Ciências Sociais (PPGCS – UFRRJ), Seropédica, 2015.

ROCHA, Solange Pereira; FLORES, Elio Chaves. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias e sociabilidades. In: OLIVEIRA, Ariosvalber de S.; SILVA, Moisés A; AIRES, José Luciano Q. (Org.). **Confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidade de uma educação para as questões étnico-raciais.** João Pessoa: Editora CCTA, 2015, v. 1, p. 1-24.

SANTOS, J. C. P. A «GRANDE SECA» DE 1877-1879 NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: DEBATES DO DEPUTADO CARDOSO VIEIRA. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA: HISTÓRIA, RUPTURAS INSTITUCIONAIS E REVOLUÇÕES**, 2017, João Pessoa - PB. EDIÇÃO 2017, 2017. v. I.

### **III- LIVRO**

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In, **História e memória.** Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539